

Relatório sobre o progresso digital na Europa

Um relatório que complementa o perfil do Índice de Digitalidade da Economia e da Sociedade (IDES)¹ de um país

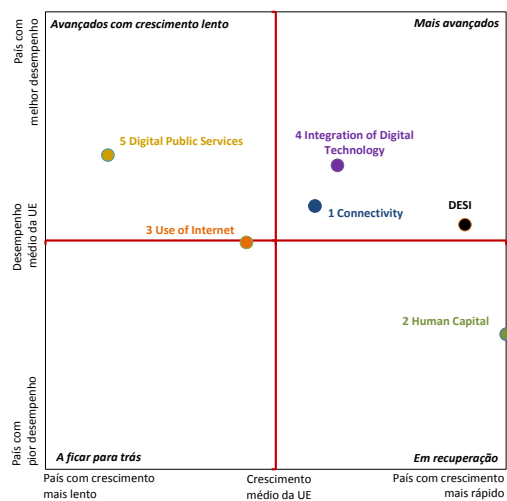
PORTUGAL

No Índice de Digitalidade da Economia e da Sociedade (IDES) de 2016 da Comissão Europeia, Portugal encontra-se na 14.ª posição entre os 28 Estados-Membros da UE². Portugal faz parte do grupo dos países **mais avançados**³, porque a sua pontuação IDES está acima da média da UE e, em geral, o país desenvolveu-se mais rapidamente do que a UE no último ano. A evolução de Portugal deve-se, em grande parte, à evolução notável no capital humano. No entanto, o capital humano continua a ser a área mais fraca do país. Em contrapartida, a vertente portuguesa com melhor desempenho é a dos serviços públicos digitais, mas foi a que registou o menor desenvolvimento durante o último ano.

1 – Conectividade

Portugal tem um bom desempenho e regista bons progressos em matéria de Conectividade. A cobertura da rede de banda larga é boa: a banda larga fixa está disponível para todas as residências e estão disponíveis redes com velocidade de transmissão de, pelo menos, 30 Mbps (redes de acesso da próxima geração) para 91 % delas (bem acima da média da UE de 71 %). Para além da modernização das redes de cabo e do acordo de partilha de rede que complementa os planos individuais dos dois operadores que exploram a fibra ótica até casa (FTTH), um instrumento importante de facilitação da rápida implantação de uma rede de acesso de próxima geração em Portugal é a política do país no que respeita ao acesso à infraestrutura passiva: Portugal foi um dos primeiros países a adotar este tipo de medida. No entanto, há ainda diferenças entre regiões e, nas zonas rurais, as redes com velocidade de transmissão de, pelo menos, 30 Mbps estão disponíveis para menos de metade dos agregados familiares. No decurso do ano passado, vários operadores de banda larga fixa anunciaram importantes investimentos em fibra até às instalações do cliente, com vista a cobrir mais de 5 milhões de habitações (dos atuais 6 milhões) até 2020, o que demonstra que Portugal tem um mercado dinâmico que estimula o investimento privado. Por conseguinte, é importante que a concorrência seja mantida e reforçada, inclusive através de adequados instrumentos de regulamentação, enquanto Portugal procura colmatar as lacunas que subsistem em matéria de implantação das redes de acesso de próxima geração. Além disso, Portugal tem um desempenho acima da média da UE no que diz respeito à cobertura dos serviços móveis: mais de 94 % dos agregados familiares dispõem de cobertura 4G.

O principal desafio de Portugal continua a ser a aceitação da banda larga fixa e móvel. Embora as assinaturas de banda larga tenham aumentado significativamente nos últimos anos, apenas cerca de 61 % dos agregados familiares portugueses têm contratos de banda larga fixa e menos de metade



Desempenho de Portugal nas cinco vertentes do IDES em relação a outros países da UE

¹ O Índice de Digitalidade da Economia e da Sociedade (IDES) é um índice composto elaborado pela Comissão Europeia (DG CNECT) para avaliar a evolução dos países da UE em direção a uma economia e uma sociedade digitais. Agrega um conjunto de indicadores pertinentes estruturados em torno de cinco vertentes: conectividade, capital humano, utilização da Internet, integração das tecnologias digitais e serviços públicos digitais. Reúne os países em quatro grupos: mais avançados, mais atrasados, a recuperar e a ficar para trás. Para obter mais informações acerca do IDES, consulte <https://ec.europa.eu/digital-single-market/desi>

² Perfil de país do IDES respeitante a Portugal: <https://ec.europa.eu/digital-single-market/scoreboard/portugal>

³ Os países mais avançados são a Áustria, a Alemanha, a Estónia, Malta, os Países Baixos e Portugal.

dos cidadãos têm contratos de banda larga móvel. A reduzida aceitação pode dever-se, em parte, à acessibilidade dos preços (o país tem o quinto preço da banda larga básica mais caro da UE), mas também à falta de interesse ou de conhecimento sobre os benefícios da Internet, que por sua vez é uma consequência provável do significativo défice de competências digitais do país.

Em abril de 2015, Portugal procedeu a uma revisão exaustiva da estratégia portuguesa da Agenda Digital para a Europa (APD – «Agenda Portugal Digital», lançada pela primeira vez em 2012) e atualizou os objetivos e as medidas da estratégia. A estratégia inclui duas metas de cobertura de banda larga até 2020: acesso à Internet com velocidade de transmissão igual ou superior a 30 Mbps para todos os cidadãos e acesso a velocidades iguais ou superiores a 100 Mbps para 50 % dos agregados familiares. Inclui igualmente objetivos para melhorar o acesso à banda larga a velocidades superiores a 40 Mbps para os cidadãos das zonas rurais, para melhorar a cobertura de banda larga móvel em 480 freguesias não abrangidas atualmente (e em mais 588 freguesias, a partir de 2018) e para libertar bandas do espetro para a utilização de banda larga móvel em conformidade com as decisões europeias. As metas de implantação da banda larga inicialmente incluídas na APD em 2012 constituíram etapas importantes para melhorar a implantação da banda larga rápida no país, conduzindo a investimentos públicos e privados significativos que permitiram ao país atingir as suas atuais redes bem desenvolvidas. No entanto, a fim de alcançar a meta de 100 % de cobertura de banda larga rápida, Portugal necessitará de um investimento significativo nas zonas rurais. A transposição da diretiva relativa à redução dos custos poderá ajudar a acelerar a implantação da banda larga⁴. A meta de conseguir 50 % de agregados familiares com uma cobertura de banda larga de 100 Mbps até 2020 é de duvidosa utilidade, uma vez que, até junho de 2015, 88 % dos agregados familiares em Portugal já tinham essa cobertura.

2 – Capital humano

O desempenho de Portugal está abaixo da paridade no que se refere ao capital humano, mas o país está a crescer rapidamente nesta vertente. Apenas 65 % dos cidadãos portugueses usam a Internet regularmente, o 6.º valor mais baixo da UE, e 28 % da população nunca utilizou a Internet (a média da UE é de 16 %). Apenas 48 % da população portuguesa tem, no mínimo, competências digitais básicas (8.º lugar mais baixo da UE) e apenas 2,5 % das pessoas empregadas são especialistas em TIC (6.º lugar mais baixo da UE). Só no que se refere aos diplomados em CTEM é que Portugal tem um desempenho acima da média da UE (7.º lugar) com 2,1 % das pessoas na casa dos vinte anos com diplomas em CTEM. No entanto, Portugal melhorou o seu desempenho em relação ao ano transato em todos os domínios considerados.

A APD inclui uma meta para reduzir para 23 % até 2020 a percentagem de pessoas que nunca utilizaram a Internet. Inclui uma secção dedicada à literacia digital, qualificações e inclusão («Área de intervenção 3»), bem como medidas destinadas a promover a IDI nas TIC, o enfoque em competências especializadas em TIC e em inovação baseada nas TIC. Em 2015, Portugal lançou a Estratégia Nacional para a Inclusão e Literacia Digitais, a fim de melhorar as qualificações dos trabalhadores e da população em geral em tecnologias digitais (incluindo os cidadãos com baixa escolaridade, idosos e com necessidades especiais), através de uma abordagem de aprendizagem ao longo da vida. A Coligação Portuguesa para a Empregabilidade Digital, instituída no âmbito da Grande Coligação para a Criação de Empregos Digitais⁵, e a Estratégia e Plano de Ação para a Empregabilidade Digital tiveram igualmente início em 2015. O plano visa reduzir o défice de profissionais das TIC na economia, melhorar as competências em matéria de TIC nos setores público e privado e na população em geral, e aumentar o número de empresas que utilizam a tecnologia digital. O país está também a criar uma plataforma com os institutos politécnicos para agir a nível

⁴ Diretiva 2014/61/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, relativa às medidas destinadas a reduzir o custo da implantação de redes de comunicações eletrónicas de alta velocidade (JO L 155 de 23 de maio de 2014, p. 1)

⁵ <https://ec.europa.eu/digital-single-market/grand-coalition-digital-jobs>

local e regional com vista a fornecer requalificação, através da formação profissional, para responder às oportunidades de empregos relacionados com as TIC.

Portugal detém o maior atraso em relação à UE no capital humano, mas existe uma gradação importante na aquisição de aptidões digitais por parte dos portugueses, consoante as idades, os escalões de rendimento e os níveis de escolaridade. 91 % dos portugueses com idade entre os 16 e os 24 anos têm, pelo menos, aptidões digitais básicas, tal como 76 % dos inquiridos com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos, ambos acima da média da UE (81 % e 73 %, respetivamente). Portugal termina em 3.º lugar na UE no campo das competências digitais dos cidadãos com um nível de educação formal elevado (CITE 5+) e em 2.º lugar entre os cidadãos que possuem um nível médio de educação formal (CITE 3-4). Os cidadãos mais ricos (4.º quartil de rendimentos) têm também melhores competências digitais do que os seus homólogos da UE. Assim, Portugal tem um problema essencial de clivagem digital nas mãos, em que os grupos mais vulneráveis têm menos competências digitais: mais velhos, com rendimentos mais baixos e com baixos níveis de escolaridade.

É importante adotar políticas diferenciadas para abordar o fosso digital e, ao mesmo tempo, manter os esforços bem sucedidos para educar as gerações mais jovens. Daí a importância das medidas de literacia e inclusão digital anunciadas, que visam os grupos vulneráveis e que deverão ser criadas e adequadamente financiadas e acompanhadas. O mesmo deve acontecer às diversas iniciativas anunciadas para desenvolver competências especializadas de TIC, a fim de desenvolver e estimular a já elevada propensão das gerações mais jovens de portugueses para adquirir as competências digitais e seguir a educação científica e tecnológica. Tais políticas podem ser, em parte, financiadas pelos fundos estruturais da UE, por exemplo, através do Programa Operacional Temático Capital Humano: PO CH, com um valor de 3,1 mil milhões de euros para o período de 2014-2020, já em vigor, ou através da Garantia para a Juventude, que poderão ajudar a oferecer formação profissional a jovens desempregados no domínio das TIC.

3 – Utilização da Internet

Portugal tem um desempenho médio, mas o seu progresso é inferior à média da UE na utilização da Internet. Os utilizadores portugueses da Internet participam num vasto leque de atividades em linha e, consoante a atividade, o grau de participação dos portugueses está ao mesmo nível ou é mais elevado do que no conjunto da UE. No entanto, os utilizadores portugueses da Internet mostram-se muito relutantes em efetuar transações em linha, como serviços bancários em linha (41 %, o 5.º valor mais baixo na UE) ou compras em linha (44 %, o 7.º valor mais baixo na UE).

A relutância dos cidadãos em realizar transações em linha pode ser o reflexo da falta de confiança causada pela perceção da falta de segurança. A APD inclui uma medida destinada a reforçar a confiança e a segurança das redes e dos serviços. Além disso, tem havido iniciativas destinadas a simplificar a autenticação e os pagamentos em linha a fim de aumentar a confiança nos serviços em linha, tais como o MBNet para os pagamentos em linha e a Chave Móvel Digital para autenticação simplificada em sítios Web públicos e privados.

4 – Integração das tecnologias digitais

Portugal tem um bom desempenho e bons progressos na integração das tecnologias digitais. Ocupa o 2.º lugar entre os países da UE na utilização de RFID e o 5.º na utilização do ERP, mas há margem para melhoria, em especial na utilização das redes sociais (8.ª mais baixa da UE). As empresas portuguesas efetuaram grandes progressos no comércio em linha: a percentagem de PME que vendem em linha aumentou significativamente (de 14 % para 19 %), tal como a percentagem de PME que vendem em linha para outros Estados-Membros da UE (de 5,4 % para 7,9 %) e o volume de negócios obtido com as vendas em linha (de 11 % para 13 % do volume de negócios total das PME). A APD tem como meta para 2020 um aumento de 55 % (cenário de base 2011) no número de empresas que utilizam o comércio eletrónico, acompanhada de medidas destinadas a reforçar a

participação das PME na economia digital. A digitalização das empresas, especialmente das PME, está no centro das atenções na distribuição dos fundos europeus estruturais e de investimento no âmbito do acordo de parceria Portugal 2020. O acordo inclui ações destinadas a aumentar a competitividade das empresas e promover a sua internacionalização, com vista a facilitar a sua integração das tecnologias digitais, desenvolver uma presença em linha e realizar vendas em linha. Os incentivos à digitalização e à internacionalização das empresas portuguesas (em especial, as PME) estão a começar a dar frutos, como demonstra a melhoria de desempenho nos referidos indicadores de comércio eletrónico. Os subprogramas do Portugal 2020 têm orçamentos disponíveis, no período de 2014-2020, de 4,4 mil milhões de euros para o programa de Competitividade e Internacionalização e de 2,1 mil milhões de euros para o programa de Inclusão Social e Emprego (fundos regionais mais específicos). Estes fundos podem ser utilizados para contribuir para a digitalização das empresas portuguesas.

5 – Serviços públicos digitais

Portugal tem um bom desempenho no que se refere aos serviços públicos digitais, mas o seu progresso é inferior à média da UE. Portugal registou um número ligeiramente inferior de utilizadores da Internet a colaborar com a administração pública em linha (41 % contra 43 % no ano passado), apesar de ter um dos mais sofisticados serviços públicos em linha na UE: Portugal ocupa o 3.º lugar nos serviços prestados exclusivamente em linha e o 4.º na reutilização de dados dos utilizadores nos formulários em linha. Ao longo do último ano, o compromisso do país relativamente aos dados abertos parece ter enfraquecido.

Portugal tem vindo a desenvolver esforços concertados no sentido de racionalizar, simplificar e digitalizar a sua administração pública ao longo dos anos, principalmente no âmbito do plano global estratégico de racionalização e redução de custos nas TIC, na administração pública. O plano pretende, entre outros, melhorar os mecanismos de governação das TIC na administração pública, reduzir os custos, modernizar a administração, através das TIC, e desenvolver soluções de TIC comuns para diferentes setores da administração. A APD inclui uma meta do lado da procura para a convergência da utilização de serviços públicos em linha pelos portugueses para a média da UE em 2020. Além disso, inclui um conjunto de medidas abrangentes para melhorar os serviços públicos digitais que se ocupam de diferentes ramos da administração, nomeadamente os serviços de emprego, justiça, saúde em linha e serviços de mobilidade inteligente.

Portugal é líder neste domínio e os contínuos investimentos do país produziram frutos. Portugal encontra-se numa trajetória positiva no sentido da modernização e digitalização do setor público através da fixação de objetivos ambiciosos e da proposta de medidas adequadas que devem ser adequadamente financiadas e postas em prática. Um dos principais obstáculos à realização do potencial dos seus serviços públicos digitais é a relativamente baixa taxa de utilização pelos cidadãos, o que se deve, em parte, à fratura digital na população. Portugal está, no entanto, a tentar pôr em prática soluções criativas para chegar aos cidadãos desfavorecidos (por exemplo, os Espaços do Cidadão), para que possam também beneficiar da oferta abrangente de serviços em linha do país.

Destaque: Espaços do Cidadão

Os Espaços do Cidadão são locais onde os serviços de diferentes administrações são disponibilizados num único ponto, com utilização de um computador ligado à Internet. Cada Espaço tem um trabalhador para apoio aos cidadãos, para lhes mostrar como utilizar os serviços públicos em linha à sua disposição. Em junho de 2015, 1000 espaços foram instalados em estações de correio, largos de municípios e outros locais semelhantes. Um objetivo consiste em prestar serviços digitais assistidos aos cidadãos que não estão familiarizados com os serviços governamentais em linha ou que não dispõem de competências digitais suficientes, de modo que possam utilizar esses serviços em linha, e contribuir para a inclusão digital dos cidadãos. Outro objetivo é que os cidadãos aprendam com a experiência assistida e se tornem autónomos na utilização dos serviços.